

CEDI - P.I.B.  
DATA 16/10/86  
COD 0ED02

## Etnicidade e Território no Médio Solimões e Japurá.

Priscila Faulhaber Barbosa

Este estudo enfoca a relação entre processo fundiário e mobilização étnica no campo político da região polarizada pela cidade de Tefé, Estado do Amazonas. Pretende, dentro de uma perspectiva histórica, elucidar a contemporaneidade das relações entre identidades que se inscrevem no território, sendo este entendido como choque de historicidades, instrumento ativo cujos recursos são sujeito e objeto de táticas e estratégias políticas.

Considera-se a área enfocada como ainda não plenamente estruturada, ou seja, é fronteira em movimento (Velho), espaço de elevado potencial político, onde são retratadas as contradições da formação econômico social abrangente.

Para decifrar tal espaço de representações, o processo fundiário será analisado dentro do referencial teórico da integração/colonização. Para auxiliar as contradições entre as diversas linhas de ação relativas ao processo fundiário, é necessário examinar as estratégias de ocupação postas em prática pelo estado através de organismos distintos, que atuam a nível municipal, estadual, regional ou nacional, e expressam diferentes estratégias políticas. Deve ser examinada também a atuação de agências que, além de não pertencer diretamente ao aparelho de Estado, inclusive a ele se opõem, como as confissões.

O Governo do Estado do Amazonas, por exemplo, atualmente prioriza a colonização pública e privada, ao passo que outros organismos de nível nacional, como a CONTAG, representada localmente por sindicatos, têm apresentado orientações no sentido da regularização fundiária da população ribeirinha.

Para tornar inteligíveis as representações do espaço vivido, tornando-o contingutamente homogêneo, diversificado e hierarquizado, pela intervenção estatal, trata-se de analisar como os diversos atores, entre eles os segmentos da produção mercantil, interpretam e utilizam e atuam sobre o território.

Pactende-se  
Tratasse, portanto, de interrogar as relações de propriedade agrária e mercantil, nos processos globais e locais de concentração e diferenciação social e espacial. Neste sentido, torna-se relevante verificar como os distintos segmentos da produção mercantil, entre eles o indígena, representam e utilizam o espaço, e examinar a apropriação comunal da terra e a diferenciação interna a grupos ou comunidades rurais, organizados ou não etnicamente ou não.

Serão inventariadas, portanto, as diversas categorias de ocupação e uso da terra. Para isto, serão realizados mapeamentos, visando detectar as intercessões entre os sistemas espaciais, segundo diferentes níveis de análise, correspondentes a distintas escalas.

(1) Valho, Otávio Guilherme - Capitalismo Autoritário e Campesinato - São Paulo, Rio de Janeiro, DIFEL, 1979 pg 205